

O ataque dos malditos – Bang-Bang-Tum: acampamentos indígenas de Mato Grosso do Sul, uma realidade contada por crianças e adolescentes indígenas de Kurussu Ambá

Indigenous settlements of Mato Grosso do Sul, a reality told by indigenous children and adolescents of Kurussu Ambá

SAULO CASSIMIRO*

LUIZ HENRIQUE ELOY AMADO**

Resumo

O presente estudo tem como objetivo narrar uma experiência com crianças, adolescentes e jovens Guarani Kaiowá em acampamentos indígenas de Mato Grosso do Sul, apresentando a realidade vivida após episódios de conflitos e expulsão de terra. Esse povo Kurussu Ambá é originário da Terra Indígena Taquaperi, localizada na região de fronteira com o Paraguai, no município de Coronel Sapucaia. A expulsão de sua área, entre ataques e conflitos, fez que o povo desse território formasse acampamentos. O presente relato é um recorte

* Este estudo faz parte de um projeto do Conselho Indigenista Missionário Regional do Mato Grosso do Sul, M.S.

** Graduado em História; indigenista colaborador do Conselho Missionário indigenista do M.S. e graduando em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

*** Advogado, discente do ROA – Programa de Stricto Sensu em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco. Indígena Terena.

temporal, histórico e geográfico e traz, portanto, fatos históricos da comunidade e uma compreensão da vivência do grupo. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, observações, oficinas lúdicas na referida comunidade, durante o contato com crianças, adolescentes e alguns líderes. Assim, pôde-se entender a vulnerabilidade do grupo ante as situações de conflitos e violência que ele passa.

Palavras-chave: povos indígenas; acampamentos indígenas; Kurussu Ambá; Saúde Mental Indígena.

Abstract

The present study aims to narrating an experience with children, adolescents and young indigenous Guarani Kaiowá camps of Mato Grosso do Sul, with the reality experienced after episodes of conflict and expulsion of land. These people Ambá originate Taquaperi Indigenous Land, located in the border region with Paraguay, the city of Coronel Sapucaia. The expulsion of its area, between attacks and conflicts, has made the people of this territory formed camps. This report is the time frame, historical and geographical and brings therefore historical facts of the community and an understanding of the experiences of the group. Data were collected through interviews, observations, workshops playful in that community during contact with children, adolescents and some leaders. Thus, one could understand the vulnerability of the group compared the situations of conflict and violence that they spend.

Keywords: indigenous peoples; indigenous camps; Ambá; Indigenous Mental Health.

Acampamentos indígenas no cone sul do Estado de Mato Grosso do Sul

“Dia 4 de janeiro primeira retomada, nós entramos e quando entramos ressamos com Ñanderu. Tem pouco resador e construimos barraco. Parecia tudo tranqüilo más depois que os fazendeiros já arrumaram uma cilada” (sic).
(E. M., 16 anos, integrante da primeira retomada do Kurussu Ambá, estudante.)

Dinâmica e diversidade dos acampamentos

Os Kaiowá e Guarani ocupavam, tradicionalmente, um amplo território na região sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, situado entre o rio Apa (Bela Vista), Serra de Maracaju, rio Brilhante, rio Ivinhema, rio Paraná, rio Iguatemi e fronteira com o Paraguai.¹ Agrupavam-se nesse território, especialmente em áreas de mata, ao longo dos córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais, integrados por uma, duas ou mais famílias, que mantinham entre si relações de parentesco e casamento, tendo à frente os chefes de família mais velhos, denominados de *tekoaruvicha* (chefes de aldeia) ou *ñanderu* (nosso pai).²

A partir da instalação da Cia. Matte Laranjeira,³ na década de 1880 e, especialmente, a partir da década de 1940, quando se inicia a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados⁴ e dos empreendimentos agropecuários, os Guarani e Kaiowá são compulsoriamente confinados em pequenas extensões de terra, fazendo que seu território seja, na atualidade, completamente inadequado para a sobrevivência sustentável desses indígenas.

O processo histórico de redução territorial e confinamento⁵ no interior das pequenas extensões de terra reservadas aos Kaiowá e

¹ Os mesmos Guarani e Kaiowá ocupavam, também, terras que hoje integram o território paraguaio, sendo, evidentemente, a fronteira política entre os dois países completamente estranha aos índios.

² Esses termos designavam as chefias de família. Cabiam-lhes atribuições nas esferas política e religiosa. Essas expressões incluem, hoje, as pessoas iniciadas nas práticas rituais e dirigentes de grupos de *reza* que podem ainda ser denominados, genericamente, de *caciques* ou *rezadores*, sendo estes os termos mais recorrentes nas falas dos indígenas (BRAND, 1997).

³ Grande empresa de exploração da erva-mate no sul de Mato Grosso; utiliza, dentre outros, da mão de obra dos guaranis; posteriormente, no século XX torna-se empresa argentina e começa a entrar em crise nos anos de 1940.

⁴ CAND – Colônia criada por Getúlio Vargas, como parte do movimento “Marcha para o Oeste”, com o objetivo, geopolítico, de colonizar e ocupar esta parte do território nacional, realizando um ensaio de “reforma agrária”, loteando “terras devolutivas”, que na verdade pertenciam ao povo guarani, a partir de 1940.

⁵ Por confinamento, entende-se aqui o processo histórico de ocupação do território por frentes não indígenas, que se seguiu à demarcação das reservas indígenas pelo SPI, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado como posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização de sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população, prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais (BRAND, 2007).

Guarani gerou inúmeras mudanças, exigiu profundas atualizações no seu cotidiano, criando desafios novos para a sua organização social. Essas mudanças são apontadas por representantes indígenas como causa de vários problemas vivenciados por essa população, inclusive o acirramento da prática do próprio suicídio. O confinamento é o resultado da “desterritorialização” indígena dos espaços de suas aldeias – *tekoha*, de ocupação tradicional e a “reterritorialização” em reservas demarcadas pelo Estado.

Esse processo destruiu a autonomia dos índios ali localizados, tornando-os dependentes das políticas de segurança alimentar do Governo e do aporte de recursos externos. Além das consequências para a economia indígena, esse processo de confinamento criou problemas para a sua organização social, no passado espalhavam-se em pequenos núcleos macrofamiliares, autônomos, sob a autoridade dos mais velhos, *ñanderu* ou *tekoharuvicha*, líderes de perfil marcadamente religioso. Quando a situação em determinado espaço, por diversas razões, se tornasse inadequada, buscavam outros espaços, dentro do mesmo grande território.

Gallois (2004, p. 41), afirma que “o território de um grupo pode ser pensado como um substrato de sua cultura”. Insiste, por isso, na distinção entre Terra Indígena e território (2004, p. 39):

A diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

Para Oliveira Filho as terras indígenas:

São bens da União e os recursos ambientais ali existentes são parte integrante do território nacional, mas por constituírem habitat dos índios, a utilização de tais terras está destinada prioritariamente à reprodução sociocultural dessas populações, devendo portanto adequar-se aos seus usos e costumes e reverter-se necessariamente em benefício para os seus moradores tradicionais (1999, p. 162).

Pensando em concepção de território para as sociedades indígenas, Paul Little (LITTLE 2002, p. 3), define territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’”. Os processos de “territorialização”, “desterritorialização” e posterior “reterritorialização” foram profundamente marcados por situações de conflitos. Esse contexto Oliveira (1999 *apud* LITTLE, 2002, p. 4) identifica “como processos de territorialização que surgem em contextos intersocietários de conflito”.

Gallois (2005, p. 35), referindo-se aos desafios na relação entre sustentabilidade e cultura indígena, observa que:

O que parece mais urgente [...] é fortalecer a capacidade dos índios, de suas comunidades e organizações representativas, em desenhar e gerir projetos. Projetos que só poderão alcançar metas de sustentabilidade quando forem apropriados e implementados no âmbito de redes de relações locais. Onde “locais” não significa “autárquicas” pois [...] a lógica da produção indígena implica sempre no dar e receber, na troca. O fortalecimento dessas experiências indígenas exige o empoderamento de sua capacidade de gerir as transformações em seus modos de vida e em suas formas de articulação aos contextos regionais tão variáveis. Esta é, provavelmente, a dinâmica mais enriquecedora da política de sustentabilidade que todos almejamos ver construída em aldeias indígenas.

O território, sob a ótica dos Guarani e Kaiowá, é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação, se reproduzem, os processos de “territorialização” em espaços mais reduzidos ou em outros espaços geram, também, amplos e complexos processos de reorganização social, o que implica mudanças e reafirmações perante a alteridade. O confinamento dentro das reservas e nos acampamentos indígenas, que se seguiu ao processo de dispersão, impõe uma nova e altamente complexa situação, na qual se destacam exatamente os problemas resultantes da superpopulação, da sobreposição de aldeias, da falta de alimentos, dos conflitos internos, dos conflitos externos, do espaço

limitado para a existência das roças, da saúde mental de crianças e adolescentes, da restrição na mobilidade geográfica e do gradativo esgotamento de recursos naturais relevantes para a vida e a cultura Kaiowá e Guarani.

Segundo Vietta (1997), ao tornar inoperante antigas práticas e vivências sociais, gera a necessidade de reordenar o modelo de organização social sendo necessário:

Repensar o estatuto das lideranças políticas, as práticas religiosas, a produção econômica, a concepção da família extensa como elemento estruturador, frente à emergência de um novo modelo de organização que se impõe. Ou seja, procurar novos lugares para as coisas, dar significado próprio a nova realidade (VIETTA 1997, p. 70).

Os acampamentos indígenas de Mato Grosso do Sul demonstram muitos problemas de ordem social, religiosa e política. As distintas situações conduzem as novas regras, organizações, costumes e adaptações. Os constantes conflitos e a falta de segurança nestes ambientes revelam a vulnerabilidade dos grupos acampados e são inúmeros os registros de lideranças desaparecidas ou assassinadas.

Compreendendo a organização dos acampamentos

“Os pistoleiro no cerkaramos, ajenti estávamos cantando iai apareceu, os pistoleiro mais não tiá corajen di atira dinos idepois ele jatian corajen de entra cuando ele chega nos estamo apavorado idepois eles começaro atirar (...)” (sic).
(J. F. P., 12 anos, participante das retomadas, estudante.)

Os acampamentos de retomadas são os grupos familiares acampados após realizarem as retomadas de seus *tekohá*, como é o caso de Kurussu Ambá, Ypo’i, Laranjeira Nhanderu, Ita’y, Guirá Kambi’y, Pyelito Kuê, Guaivyri.

Os acampamentos à beira das estradas são os acampamentos que se formam por terem sido feitas retomadas e terem sido expulsos. Em sua maioria, aguardam o momento de retomar a luta

pela terra; ou se encontram aglutinando forças e se organizando para voltar a seu *tekohá*. São os casos de Apika'y, Bakurity, Tarumã, Juncal, Laranjal.

Os acampamentos nas periferias de cidade são agrupamentos indígenas que se estabelecem nas periferias das cidades, por diversos motivos, desde a saída das reservas por causa da violência e conflitos internos, pela busca de trabalho, tratamento de saúde, ou pela escolarização de seus filhos. São grupos muito heterogêneos.

Os acampamentos de fundos de fazenda, em sua maioria, são remanescentes de frentes de trabalho. Esse tipo de acampamento tem sido cada vez mais raro, uma vez que, na grande maioria dos casos, os índios foram expulsos desses espaços. Essa expulsão deu-se ou pelas ocupações econômicas, monocultura mecanizada ou mesmo pelo temor de os índios representarem para os fazendeiros um risco para a perda de sua propriedade. Um dos exemplos desse tipo de acampamento é o da Aldeinha Receber, no interior do município de Juti, MS.

O acampamento Kurussu Ambá

“(...) hoje foi contada pela comunidade de Kurussu Amba, já chega de violência e tirar a vida do nosso guerreiro, porque essa Terra já é nossa, por que primeiro descobrimento do Brasil foi indígena, nosso antepassado que descobriu o Brasil” (sic).
(E. M., 16 anos, integrante da primeira retomada do Kurussu Ambá, estudante.)

O histórico do acampamento Kurussu Ambá foi construído por relatos orais em encontros e entrevistas, sistematizados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI/2012.

Assim, descreveremos a seguir uma experiência com crianças e adolescentes nessa comunidade. São encontros organizados em forma do que chamamos “oficinas”.

As Oficinas

As oficinas lúdicas elaboradas junto à comunidade levaram em consideração a realidade de conflito em que se encontravam essas

crianças e adolescentes, bem como a conservação de sua cultura e tradição. Todos os encontros foram organizados conforme a disponibilidade da comunidade. Após reunião com todo o grupo, entre eles crianças, adolescentes, adultos e idosos, os anciões contaram junto ao grupo como foram as retomadas, a história de seu *tekoha* e a luta dos que já morreram na luta. As crianças observavam a tudo atentamente, enquanto um relatava a história outros integrantes contribuíam com nomes, datas, percursos, quantidades e outras informações que enriqueciam mais o relato. Como as crianças indígenas aprendem outros idiomas apenas em idade escolar, o diálogo foi todo em guarani e um intérprete transmitia ao grupo do CIMI as informações.

Foram distribuídas pranchetas com folhas sulfite e lápis de escrever preto. Após a conclusão dos desenhos, o grupo distribuiu lápis de cor para todas as crianças. As crianças foram orientadas a desenhar livremente o que elas compreenderam e sabiam acerca das retomadas, algumas haviam participado e podiam descrever com detalhes, como se observará na análise dos desenhos mais adiante.

Para ilustrar a compreensão do leitor, segue texto que faz parte de uma carta escrita por Ismarte Martins (professor e liderança indígena da comunidade Kurussu Amba). Vejamos:

A comunidade Kurusu Amba permaneceu no acampamento à margem da rodovia por três anos. Em novembro de 2009 fizeram nova retomada. Desta vez se estabeleceram nas proximidades da fazenda Madama e montaram seus acampamentos em uma área de preservação ambiental que é limite de duas fazendas e fica a 5 km da fazenda Madama. Segundo estudos de identificação em curso essa área também faz parte da terra tradicional desta comunidade. A comunidade ficou escondida dentro da mata por mais de um mês, porque logo nos primeiros dias da retomada pistoleiros ficaram rondando a área, dando tiros e conseguiram capturar e assassinar um adolescente, que ia do acampamento para a escola mais próxima. As lideranças encontraram o corpo do jovem jogado à beira da estrada. A comunidade articulada com os aliados fizeram denúncias a nível nacional e internacional. Com isso as investidas dos pistoleiros cessaram e a briga passa a ser travada judicialmente. Depois de três meses receberam uma ordem

de reintegração de posse. Recorreram ao TRF em SP conseguindo permanecer por mais 90 dias. O caso foi encaminhado para instâncias federais em São Paulo. Em de julho de 2011 saiu a decisão do STF, concedendo a permanência da comunidade na área de preservação ambiental dentro da fazenda, até que se conclua os relatórios de identificação. Os indígenas articulados com o movimento indígena e com aliados buscam fortalecer a luta dando visibilidade ao caso, enquanto aguardam as decisões judiciais. Realizaram na retomada em abril de 2010 uma Jeroki Guasu (grande reza) e logo após em Julho uma Aty Guasu (grande assembléia) Estiveram presente na assembléia o MPF e a FUNAI, que puderam ver de perto a realidade que a comunidade esta submetida. Nos cinco primeiro meses a FUNAI negavam-se a entregar as sextas básicas no local, tendo a comunidade que andar 12 km a pé para buscar as sextas. As crianças não tinham acesso à escola e a Funasa nega-se a prestar atendimento à comunidade alegando ser área de conflito. Essa omissão já ocasionou a morte de duas crianças. Na realização da Aty Guasu muitas foram às discussões e denúncias em três dias de encontro (sic).

A comunidade indígena Guarani e Kiowá de Kurussu Ambá é originária da Terra Indígena Taquapiry, localizada na região de fronteira com o Paraguai, no município de Coronel Sapucaia. A expulsão de sua área, entre ataques e conflitos, fez com que o povo deste território formasse acampamentos ou fugisse para outras áreas indígenas.

As retomadas entre os grupos indígenas de Mato Grosso do Sul têm aumentado significativamente nas duas últimas décadas. Entre as retomadas e os consequentes conflitos oriundos desta luta resultam em indígenas desaparecidos e/ou mortos, sem explicações plausíveis; os casos ficam sem conclusão.

No dia 4 de janeiro de 2007, o grupo indígena de Kurussu Ambá iniciou uma retomada, o objetivo foi ocupar um pequeno espaço de seu território, a fazenda Madama. Os indígenas relatam constantemente a presença de pistoleiros, o uso de força e agressão por parte desses personagens. Após cinco dias foram expulsos pelos pistoleiros dos fazendeiros, utilizando de armas e de agressão, culminou na morte da anciã Xurite Lopes, de 73 anos, nascida no *tekohá*, era a *nhandeci* (rezadeira) do grupo.

Inúmeras são as manobras utilizadas pelos fazendeiros. Alguns se aproximam de grupos familiares, articulam suas ideias e coletam informações a respeito dos movimentos a serem praticados pelo grupo. Usam de má-fé, agem dolosamente e praticam crimes. O objetivo desses agentes geralmente é o de atingir as lideranças, ou seja, os indígenas que fortalecem e lideram os grupos.

Depois dessa expulsão a comunidade montou acampamento às margens da rodovia MS 289, distante cerca de 20 km da área de retomada. Organizaram a segunda retomada após três meses aproximadamente e retornaram à fazenda. Desta vez o fazendeiro se propôs a um diálogo, e solicitou aos indígenas que deixassem a fazenda e lhes prometeu que desocuparia a fazenda. Os indígenas voltam para o acampamento às margens da rodovia. Misteriosamente, a liderança que estava à frente das retomadas, Ortiz Lopes, em julho de 2007, é assassinado. Mesmo após o assassinato de Ortiz, eles retornam à fazenda e, mais uma vez, são expulsos e levados para o acampamento, lá foram aterrorizados pelos pistoleiros do fazendeiro que dispararam tiros contra a comunidade. Inúmeros são os relatos de indígenas que levaram tiros, apanharam e perderam tudo o que tinham após atear fogo em seus barracos. Os relatos seguem envolvidos ao sangue e à honra de índios, já cansados de tanta humilhação, mas com forças para continuar a luta de seus antepassados. A última retomada lhes garantiu o direito de utilizar um pequeno espaço da fazenda, onde se encontram confinados até o momento.

Compreendendo as crianças e adolescentes em suas expressões gráficas

A compreensão do conteúdo que se seguirá não se baseia em análise do campo psicológico, o qual busca sempre a análise do conteúdo latente presente na expressão das pessoas. A psicologia de base psicanalítica se propõe a outro tipo de análise, ou seja, aquele que privilegia as expressões inconscientes, além das manifestas. A ideia aqui é a de compreender a expressão das crianças e jovens indígenas, com base na experiência vivenciada por eles, e mais especificamente no que se refere àquilo que vivenciam em termos de confinamento, retomadas de seus lugares de vida e conflitos territoriais que passam. Nesse sentido, podemos citar Coletto (2010), ao

se referir que a arte é importante na vida da criança, pois auxilia o seu desenvolvimento expressivo, tanto para a construção de sua criatividade, quanto para que se torne mais sensível, ao adquirir uma visão do mundo com “outros olhos”. A mesma autora aponta ainda para a importância de que o professor reconheça e estabeleça uma prática pedagógica no sentido de valorização da arte, das linguagens artísticas, de procedimentos e de desenvolvimento da criatividade e poética pessoal da criança como conteúdos que devem estar presentes no contexto escolar.

É possível também lembrar Lowenfeld e Brittain (1970, p. 135), ao se referirem que:

Desenhar, pintar, construir, constitui um processo complexo em que a criança reúne diversos elementos em sua experiência, para formar um novo e significativo todo. No processo de selecionar, interpretar e reformar esses elementos, a criança proporciona mais que um desenho, proporciona parte de si própria, como pensa, como sente, como vê.

Assim, compreendemos que o desenho pode trazer, em seu conteúdo, a expressão da arte e de seu aprendizado acerca de seu relacionamento com o meio social. E é nesse sentido que se dará nossa compreensão dessas crianças e adolescentes indígenas.

Também foram introduzidos conteúdos das falas dessas crianças e jovens, a fim de complementar essa experiência vivida.

“Seis horas da noite os fazendeiros invadiram nosso barraco e queimaram todo, todo mundo estão se preparando mas muito pistoleiro e vêm 12 carros 80 pistoleiro, também armado, mas nós não desanimamos porque nos também arrumamos uma armadilha, não conseguimos pegar nenhum pistoleiro porque deram tiro por toda parte.”

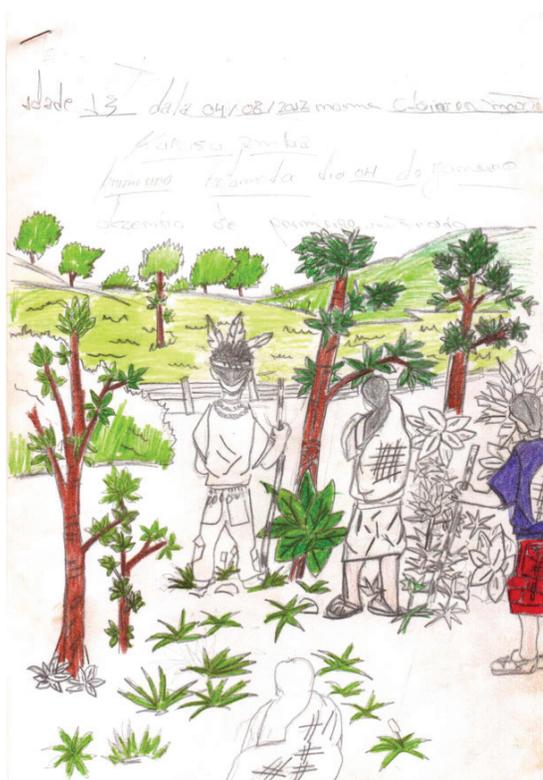
(E. M., 16 anos, integrante da primeira retomada do Kurussu Ambá, estudante.)

Como citado, os desenhos foram elaborados de forma livre e cada criança ou adolescente utilizou da imaginação, sem fontes ou exemplos secundários, exceto os relatos dos anciões ao grupo. Não identificaremos os nomes reais dos participantes para preservar a identidade das pessoas e do grupo.

Os desenhos elaborados pelo grupo demonstram a história vivida e a realidade do acampamento. Violência, agressão, luta, sangue, tiros, natureza, pistoleiros, armas, seus territórios, animais, rituais de reza, rios, árvores, caminhos, objetos de reza, costumes, objetos de guerra, sofrimento, cemitério, o conflito fundiário, as divisões entre suas terras (cercados), assassinatos, esperança, o retorno, a ida, a união do grupo, o desejo de ter novamente seus territórios, o conhecimento de seus direitos, a construção de um novo modo de ser, a organização social do grupo, podem ser pontos relevantes a se considerar, entre tantos outros ocultos aos olhos ocidentais.

O trabalho a seguir é do adolescente E. M., de 13 anos. Seu trabalho foi intitulado como “Kurus amba – primeira retomada dia 4 de janeiro”.

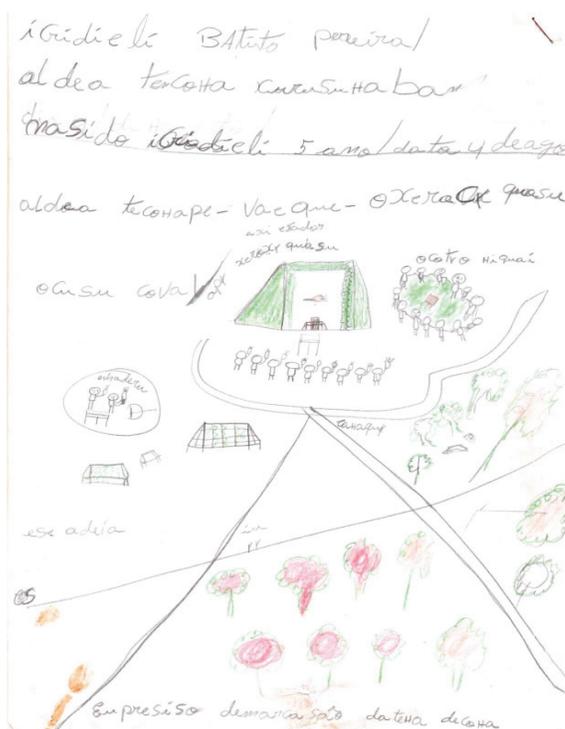
Figura 1 – Desenho livre de E. (16 anos de idade)



A imagem reproduz um grupo de indígenas, de costas, olhando para além do cercado. Parece representar a macrofamília e a retomada de seu lugar; um dos dois homens do grupo veste bermuda e camiseta, o outro veste uma calça e camiseta. Os dois homens estão com um bastão nas mãos e utilizam cocares, representando as vestes da guerra. As mulheres transportam sacolas nas costas (como parte dos costumes indígenas). Do outro lado das cercas a vegetação é mais verde, as árvores possuem mais folhas e galhos, o capim é mais denso. O adolescente E., por seus traços fortes e precisos, denota querer mesmo expressar o que vivencia. O grupo parece observar e possivelmente aguardar o momento oportuno para retomar o seu território.

O trabalho a seguir é da I. B. P., uma menina de 5 anos de idade. Intitulou seu trabalho como “Aldea tecohaue – Vae que – Oxerocy quasu”.

Figura 2 – Desenho livre de I. (5 anos)



A pequena I. retrata as cerimônias e as rezas feitas pelo grupo. Ao centro, a casa de reza com o desenho de um *mbaraká* e do local de reza. Na frente da casa de reza nove rezadores, com seus *mbarakas* ao alto, rezam. À esquerda, crianças rezam “O catro hiquai”. À direita, dois *Nhanderus* fazem rezas. É possível identificar árvores e algumas casas. Possivelmente a pequena I. recebeu ajuda de um adulto durante a atividade para escrever algumas das palavras. Na parte inferior do desenho ela escreve “Eu presiso demarcasão da teha decoha”.

O conteúdo pictórico retratado por I. parece então demonstrar aquilo que vivenciam em grupo, além das influências dos adultos nessa convivência (como o fato de o adulto ajudar a criança na expressão de sua mensagem escrita). Assim, é interessante retomarmos as contribuições de Duarte, Bornholdt e Castro (1989), quando se referem que são os mecanismos de adaptação que auxiliam a criança a tomar características dos adultos com os quais convive e que para ela são significativos; de modo que, na brincadeira, a criança tem a oportunidade de representar papéis sociais.

O trabalho a seguir é do jovem J. M. L., de 20 anos. Intitulou seu trabalho de “O ataque dos Malditos”.

Figura 3 – Desenho livre de J. (20 anos de idade)



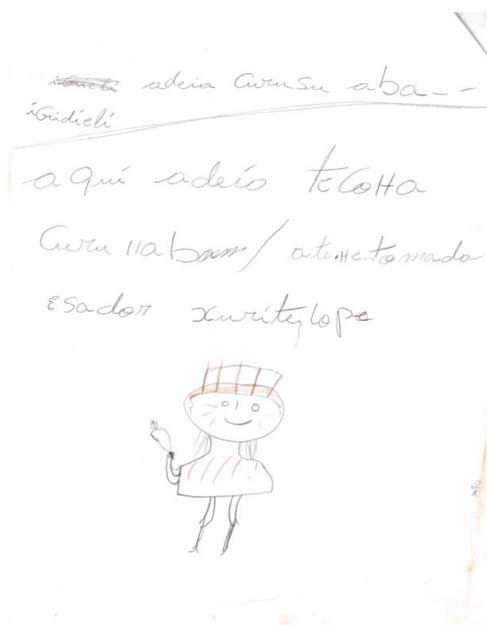
É importante ressaltar que J. participou (efetivamente) da primeira retomada com seu grupo; retomada essa representada em seu trabalho. Seus traços firmes demonstram vontade de expressar os fatos, as atividades já vividas.

Em primeiro plano da figura, aparecem homens (brancos) munidos de diversos tipos de armamento e caminhonetes auxiliam na batalha com o carregamento de armas de pesado calibre. Em segundo plano, é possível identificar os indígenas que, sendo atacados, revidam com arcos e flechas. À esquerda, nesse mesmo segundo plano, um homem cai ao chão. A casa ao fundo assemelha-se com a real sede da fazenda Madama (existente nesse local). O jovem J. representa também, com escrita, as armas produzindo um barulho, “Bang, Bang e Tum”. Ao fundo, pássaros voam (local onde não há batalha).

A representação gráfica do jovem parece então representar um conflito armado onde os seus companheiros saíram feridos. O desenho é repleto de detalhes. Essa retratação também faz parte de uma experiência já vivida pelo jovem em questão.

O trabalho a seguir é da I. B. P., uma menina de 5 anos de idade.

Figura 4 – Desenho livre de I. (cinco anos de idade)



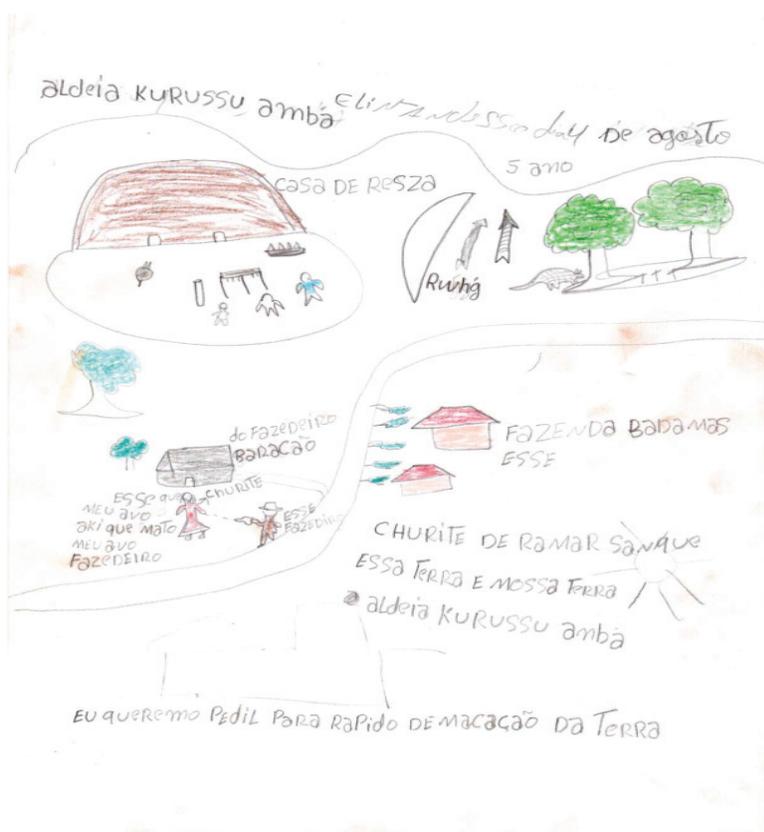
Em seu trabalho, I. a menina retrata a figura da Senhora Xurite Lopes, com um *Mbaraca* na mão direita, sorrindo e olhando para a frente. A pequena I. reproduz as pinturas características de dias de guerra. Xurite utilizava como arma no dia da retomada seu *Mbaraca* como instrumento de reza, além de colares e adornos na cabeça. A pequena I. não participou da retomada, pois ainda não havia nascido; entretanto, é possível observar pela expressão da criança, um conhecimento a respeito dos fatos relacionados às retomadas e ao sofrimento vivido pela comunidade no dia da morte de Xurite – fato que marcou bastante a comunidade – a morte da rezadeira. Com isso, é possível perceber que esse acontecimento foi muito significativo.

É importante destacar que a personagem Xurite Lopes está presente em quase todos os discursos, falas e histórias orais nessa comunidade. Brutalmente assassinada na primeira retomada, Xurite é lembrada como uma grande guerreira e, além de liderança, era uma respeitada rezadeira do grupo, tornando-se referência para os que continuaram vivos.

Em seus relatos orais, os integrantes da comunidade contam que no dia do assassinato da Senhora Xurite Lopes os pistoleiros telefonaram para alguém da comunidade e logo após chegou um ônibus e, brutalmente, homens armados conduziram a expulsão dos índios, obrigando-os, aos gritos e agressões, que adentrassem o veículo. Os indígenas carregaram o corpo de Xurite, já sem vida. Todos se revoltaram; as crianças choravam junto às mulheres e aos idosos, os guerreiros nada puderam fazer contra tantas armas e tanta violência (informações colhidas de relatos orais). Os Guarani e Kaiowá utilizam fortemente dos recursos vindos da oralidade.

O trabalho a seguir (figura 5) é da pequena E. L., uma menina de cinco anos de idade. Em seu trabalho, E. também reproduz alguns momentos da comunidade, inclusive a morte da Xurite Lopes. Observa-se ainda que possivelmente E. L. recebeu o auxílio de algum adulto na atividade, principalmente na escrita, visto que o único idioma que E. conhece é o guarani.

Figura 5 – Desenho livre de E. (cinco anos de idade)

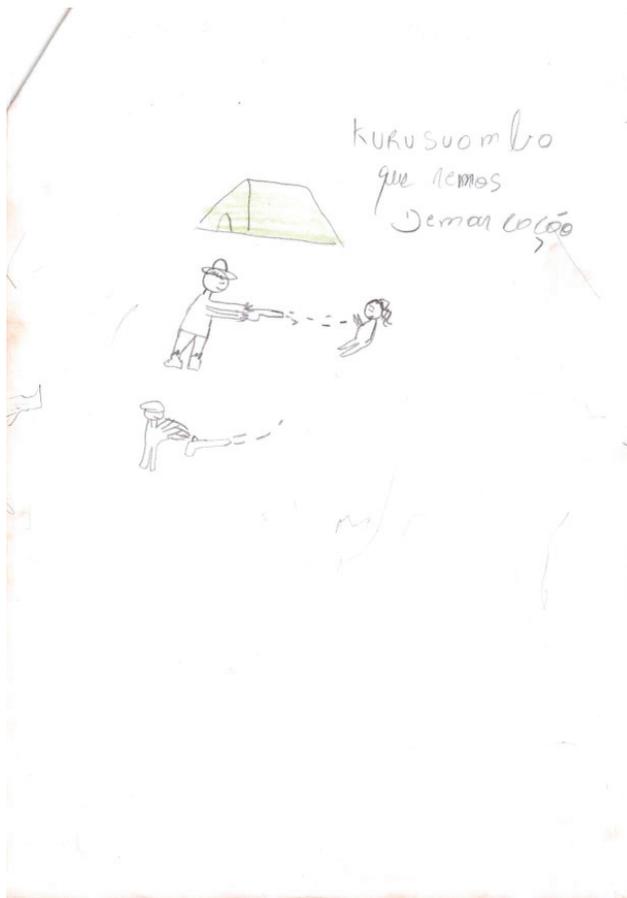


No desenho, E. reproduz a casa de reza, muito presente no cotidiano de todos os membros da comunidade, reproduz também instrumentos utilizados na caça, um animal à beira de duas árvores e o próprio cenário da fazenda Madama, local onde a comunidade descreve como o centro de seu *Tekora*.

Em seu relato, E. traz que, "(...) alguns pistoleiros ligaram não sei pra quem pra vir o ônibus é esse ônibus era esperado. Ninguém quer subir nesse ônibus porque Churite já morreu". É possível observar, pois, o mesmo padrão de transmissão da história (oral) dos adultos para as crianças.

O trabalho a seguir é do pequeno M. X., um menino de cinco anos de idade.

Figura 6 – Desenho livre de M. (cinco anos de idade)

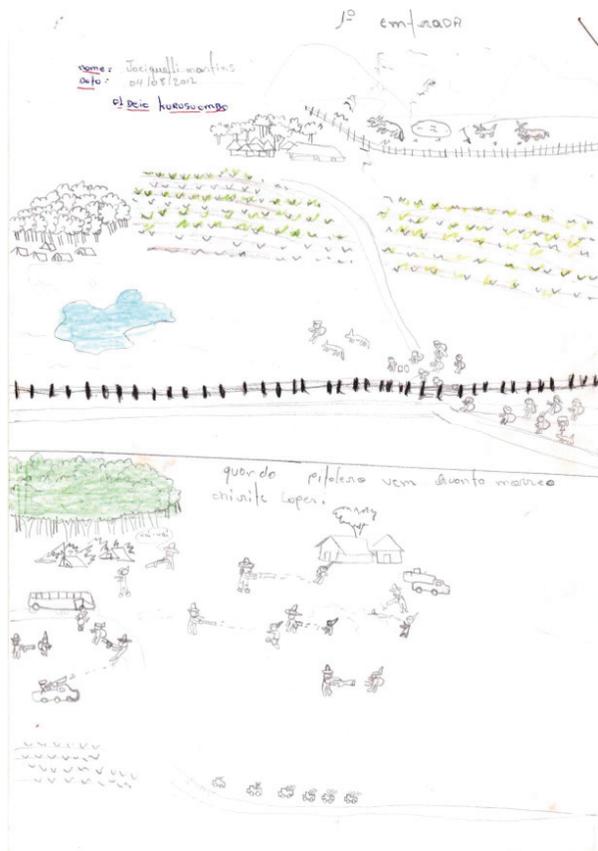


O desenho de M. mostra ao centro a Senhora Xurite sendo assassinada por um pistoleiro. Ao fundo uma casa de reza.

É possível observar que, tal como as demais, essa criança de cinco anos de idade é um membro da comunidade que não integrou o grupo da retomada porque ainda não havia nascido; entretanto, reproduz o drama vivido naquele dia. Com isso, percebe-se a forte tradição de reprodução oral e o modelo social comunitário vivido pelas comunidades Guarani Kaiowá.

O trabalho a seguir é da menina J. M. uma menina de nove anos de idade.

Figura 7 – Desenho livre de J. (nove anos de idade)



Na parte superior, J. representa o momento em que caminham para a primeira retomada, e observa-se um grupo de indígenas e alguns cachorros. Os índios que caminham para a retomada carregam pertences em sacos. Ao fundo, é possível ver casas e árvores. Na parte superior dentro do cercado estão alguns animais, gado, etc. Ao fundo veem-se montanhas. No centro do desenho vê-se uma passagem, ou seja, uma estrada que ruma à sede da fazenda Madama, do lado direito e esquerdo dessa estrada a criança representa uma plantação.

Na parte inferior de seu desenho, J. M. descreve o momento em que os homens armados, os temidos pistoleiros, executam a expulsão do grupo indígena. Na estrada, agora na parte inferior da

folha, contam-se seis caminhonetes com homens na carroceria e que se dirigem ao acampamento. Na chegada, a criança retrata tiros; ao centro e à direita do desenho encontram-se homens armados que atiram contra os indígenas. Também na parte superior (direita), a criança busca representar o acampamento a pegar fogo. E ainda à direita, na parte superior da folha, há a ideia de representação de indígenas a entrarem num ônibus que os levará para a estrada.

É interessante destacar que J. tinha apenas quatro anos de idade quando ocorrera o processo de retomada em sua aldeia.

Considerações finais

“Aqui no Tekoha Kurussu Amba nós alunos pedimos e a comunidade a demarcação. Futuro da nossa comunidade é os alunos imaginamos que como seria agora, fosse demarcado o nosso Tekoha Kurussu Amba.”

(E. M., 16 anos de idade, estudante, integrante da retomada.)

Há muitas décadas os Guaranis e Kaiowá vêm sofrendo graves transtornos coletivos e individuais, enquanto povos indígenas e indivíduos indígenas. A expulsão de suas terras, o confinamento e os muitos assassinatos sem respostas podem ser considerados os mais severos dos transtornos sofridos por esses povos.

Quando a sociedade nada faz para resolver e/ou solucionar os assassinatos de lideranças indígenas, os desaparecimentos de índios inexplicavelmente, a morte de inúmeras crianças por falta de alimentos, a morte por envenenamento da água utilizada pela comunidade para a sua manutenção básica, a humilhante falta de cestas básicas nos acampamentos indígenas, a falta de atendimento médico, o preconceito sofrido nas escolas por crianças e adolescentes indígenas, as agressões verbais e físicas sofridas por estarem em acampamentos indígenas à margem das estradas, a falta de demarcação, entre centenas de atos desumanos praticados há séculos contra esses povos, a sociedade lhes envia um recado que diz: “Vocês Não Nos Interessa, Suas Vidas Não Nos Vale Nada, Vocês Não Fazem Parte De Nossa Sociedade”. Mesmo tendo na Constituição Federal os mesmos direitos, os mesmos deveres e as mesmas obrigações.

À margem, a mercê da sorte, de um atendimento (insuficiente) pelos órgãos públicos e pela militância de entidades não governamentais, as aldeias e os acampamentos se transformam em campos de guerra. O medo, a insegurança e a instabilidade passam a ser rotina dessas sociedades, sem proteção. Inexplicavelmente, o sofrimento destes povos não lhes tira a vontade de viver e preservar sua cultura. A vida coletiva e os costumes transmitidos há séculos, por meio da oralidade, garantem aos grupos uma sistemática organização social e histórica. Esse aspecto é marcado nas representações gráficas das crianças e adolescentes, bem como em seus relatos verbais. Isto, pois, os grupos macro e microfamiliares comunicam-se constantemente, transmitindo informações e fortalecendo os elos familiares e sociais.

O trabalho realizado pelo Conselho Indigenista Missionário nos acampamentos indígenas junto às crianças e adolescentes/jovens demonstrou que ainda são conservadas suas tradições religiosas, cultura do sagrado; bem como o senso comunitário e familiar. Também foi possível observar a perpetuação da cultura e tradição pela oralidade.

Visto a demanda de problemas acarretados por tanto sofrimento, apenas devolver os *tekohas* as populações indígenas parece não resolver o problema. Políticas públicas que atendam as necessidades básicas deste povo são primordiais. As populações indígenas possuem total capacidade de autonomia política e social em suas organizações, porém necessitam de subsídios para a sua manutenção.

“Dedicamos este trabalho a todas as lideranças indígenas assassinadas no Estado de Mato Grosso do Sul na luta por seu povo, por seu *Tekoha*.”

Referências

- BRAND, A. J. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. Porto Alegre. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, 1993. 76 p.
- CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas**, São Paulo: EDUSP, 2000.
- COLETO, D. C. A importância da arte para a formação da criança **Revista Conteúdo, Capivari**, v. 1, n. 3, jan./jul., 137-152 p., 2010.

DUARTE, I. BORNHOLDT, I. CASTRO, M. G. K. **A prática da Psicoterapia Infantil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.**

GALLOIS, D. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. In: GRUPIONI, L.D. et al. (orgs.) **Povos Indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo, USP, 2001.**

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, Brasília, 2002.**

OLIVEIRA FILHO, J. P. **Ensaio em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.**

VIETTA, Katya. “Não tem quem orienta, a pessoa sozinha é que nem uma folha que vai com o vento”: análise sobre alguns impasses presentes entre os Kaiowá/ Guaraní. In: **Multitemas, n. 12, nov. 1998, p. 52-73.**

Contato dos Autores:

Saulo Cassimiro.

Universidade Católica Dom Bosco

Depto. Psicologia

Av. Tamandaré, 6000, Jardim Seminário,

CEP 9117-900, Campo Grande - MS,

Telefone (67) 3312-3300 Email: saulohist@gmail.com

Recebido em: 06/03/2013

Aceito em: 12/09/2013